

A TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN

Caroline de Morais KUNZLER¹

Tendo em vista a abrangência da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, este artigo não pretende, de forma alguma, esgotá-la. Por isso apenas uma parte dela será explanada, o suficiente para que seja possível compreender a relação entre o sistema político e o seu entorno social, sob o prisma da diferença entre sistema/ambiente. Antes disso, no entanto, será feita uma apresentação do autor dessa teoria irreverente e intrigante, o sociólogo Niklas Luhmann.

Apresentando Niklas Luhmann

Niklas Luhmann formou-se em direito em 1949 em Freiburg, Alemanha. Em seguida começou a trabalhar como funcionário público. Em 1960 foi fazer uma especialização em administração em Harvard, Estados Unidos. Lá, conheceu a teoria dos sistemas de Talcott Parsons, que serviu de ponto de partida para a construção de sua própria teoria, de traços distintos. Um ano mais tarde, voltou para Alemanha e continuou trabalhando na administração pública, ainda por um tempo. No ano de 1965, Luhmann, por incentivo de seu amigo Helmut Schelsky, decidiu seguir carreira universitária. Depois de fazer doutoramento e habilitação na universidade de Münster, Luhmann passou, então, a lecionar na faculdade de sociologia, da Universidade de Bielefeld. Aposentou-se em 1993. Mesmo após a sua aposentadoria continuou produzindo textos até a sua morte em 1998.

Luhmann deixou uma obra numerosa e abrangente. Escreveu mais de trinta livros e cerca de trezentos artigos versando sobre variados assuntos, dentre eles, direito, pedagogia, religião, economia, ecologia etc. A intenção de Luhmann não era elaborar uma teoria específica a determinado âmbito social. A sua teoria pretende ser universal, capaz de abarcar tudo o que existe, revelando-se uma teoria geral da sociedade. Para dar conta disso, a teoria mostra-se complexa e abstrata e contém uma vasta terminologia. Existe um encadeamento de idéias que constróem uma estrutura aplicável à sociedade inteira. Os textos de Luhmann sobre direito e religião, por exemplo, são ramificações que provêm da base comum de sua teoria. Essa generali-

¹ Mestre em Ciências Sociais – PUC RS – CEP 90619-900 – Porto Alegre – RS.

dade contraria o tradicional pensamento acadêmico, que não acredita que uma única teoria possa, de modo eficaz, analisar diferentes esferas sociais.

A interdisciplinaridade é outra ilustração da irreverência de Luhmann. Por interdisciplinaridade entende-se o empréstimo ou a troca de metodologia e fontes de uma disciplina para outra, assim como a física nuclear instrumentaliza a medicina nuclear, a lógica formal é aplicada ao Direito etc. (SEVERINO, 2000). Ao invés de limitar a fundamentação de suas teses aos clássicos da sociologia, Luhmann utilizou conceitos oriundos de outras áreas, como a biologia, e de tecnologias inovadoras, como a cibernética e a neurofisiologia. Para ele, os tradicionais conceitos da sociologia foram fundamentais para o Iluminismo, pertencendo atualmente ao que chamou de “velho pensamento europeu”, mas não conseguem resolver os problemas da sociedade contemporânea. Seria necessário, portanto, um “iluminismo do iluminismo”, com novos conceitos adequados à complexidade da sociedade moderna.

Complexidade, do latim *complexus*, significa aquilo que é tecido junto. “Corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à contínua interação da infinidade de sistemas e fenômenos que compõem o mundo natural” (MARIOTTI, 2000). A sociedade complexa tem como características o indeterminismo, a entropia, a imprevisibilidade, a incerteza e as possibilidades, tendo como resultado o caos. Para autores como Prigogine (1996) e Lipovetsky (1996), o caos produz a ordem. O primeiro afirma que a complexidade é evidenciada por uma teia de bifurcações formando um caos que desempenha um papel construtivo, que Lipovetsky vai chamar de “caos organizador”. Luhmann preocupou-se com a complexidade do mundo e a teoria sistêmica propõe sua redução, ao tentar explicar de que forma é possível nascer a ordem do caos.

Apresentando brevemente a teoria dos sistemas de Luhmann

Um sistema pode ser chamado de complexo quando contém mais possibilidades do que pode realizar num dado momento. As possibilidades são tantas que o sistema vê-se obrigado a selecionar apenas algumas delas para poder continuar operando. O sistema não consegue dar conta de todas elas ao mesmo tempo. Quanto maior o número de elementos no seu interior, maior o número de relações possíveis entre eles que crescem de modo exponencial. O sistema torna-se, então, complexo quando não consegue responder imediatamente a todas as relações entre os elementos, e nem todas as suas possibilidades podem realizar-se. Somente algumas possibilidades de relações entre elementos, por exemplo, a relação de uma comunicação com outra, ou de um pensamento com outro, são realizadas; as demais ficam potencializadas

como opções no futuro. Essas relações entre os elementos não acontecem simultaneamente, mas, ao contrário, uma após a outra, em sucessão. E cada vez que o sistema opera acaba gerando novas possibilidades de relações, tornando-se assim ainda mais complexo, mas não mais que o seu ambiente, que é sempre mais complexo por conter um número maior de elementos. Outra razão para isso é o fato do sistema ser capaz de fixar seus próprios limites, ao diferenciar-se do ambiente, limitando as possibilidades no seu interior.

Todavia, a tendência é de que num ambiente mais complexo o sistema também se torne mais complexo, ainda que não na mesma proporção. Sob um outro ângulo, pode-se concluir que o aumento da complexidade de um sistema estimula o aumento da complexidade de outros sistemas que o observam, quando aquele estiver na condição de entorno destes. É importante considerar que a complexidade do sistema é uma construção sua que, em hipótese alguma, pode ser considerada um mero reflexo do ambiente, pois, se assim fosse, haveria uma dissolução dos seus limites e, com isso, a morte do próprio sistema.

Todo o ambiente apresenta para o sistema inúmeras possibilidades. De cada uma delas surgem várias outras, o que dá causa a um aumento de desordem e contingência. O sistema, então, seleciona apenas algumas possibilidades que lhe fazem sentido de acordo com a função que desempenha, tornando o ambiente menos complexo para ele. Se selecionasse todas elas, não sobreviveria. Deve simplificar a complexidade para conseguir se manter no ambiente. Ao mesmo tempo em que a complexidade do ambiente diminui, a sua aumenta internamente. Isso porque o número de possibilidades dentro dele passa a ser maior, podendo, inclusive, chegar a ponto de provocar sua autodiferenciação em subsistemas. Para dar conta da complexidade interna, o sistema se autodiferencia. Por exemplo, o sistema Direito diferenciou-se, primeiramente em público e privado, depois, em direito constitucional, administrativo, penal... e civil, comercial..., e assim sucessivamente. Esse processo revela a evolução.

O sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema transforme-se internamente, criando subsistemas, deixando de ser simples e tornando-se mais complexo, ou seja, evoluindo. Cada um desses subsistemas criados dentro do sistema tem o seu próprio entorno. A diferenciação do sistema não significa, portanto, a decomposição de um todo em partes, mas da diferenciação de diferenças sistema/entorno. Não existe um agente externo que o modifica, é ele mesmo que o faz para sobreviver no ambiente. Mas a evolução do sistema não ocorre de forma isolada, ela depende das irritações do ambiente. E, conforme a tolerância do sistema, as irritações podem levá-lo a mudar suas estruturas. Essa característica de produzir a si mesmo é chama-

do por Maturana de autopoiese, responsável por um aumento constante de possibilidades até que a complexidade atinja limites não tolerados pela estrutura do sistema, levando-o a mudar sua forma de diferenciação. A evolução do sistema ocorre quando ele se autodiferencia e ainda quando há uma passagem de um tipo de diferenciação para outro. Segundo Luhmann a segmentação, a hierarquia, centro/periferia e a função são quatro formas pelas quais o sistema pode diferenciar-se, sendo que, conforme evolui, passa de sistema segmentado até chegar ao sistema funcional. Assim se deu com a passagem de uma sociedade segmentada, na antiguidade, para uma sociedade funcional, na modernidade.

A razão do sistema evoluir é sobreviver à complexidade do ambiente que cria constantemente novas possibilidades de forma inesperada. A nova estrutura é impulsionada por essa contingência imprevisível. Luhmann lembra que, na sociedade, muitas coisas são planejadas, como, por exemplo, currículos escolares, sistemas de tráfego e campanhas eleitorais, mas isso não garante que os efeitos ocorram conforme pretendidos (1999, p. 192), o que o leva a concluir que o sistema evolui quando desvia do planejamento, quando não reage da mesma forma, quando não se repete. A evolução não pode ser planejada, ela se nutre dos desvios da reprodução normal (1999, p.192-3).

O fato de o sistema ser responsável pela redução da sua complexidade e a do ambiente não o eleva ao *status* de objeto na teoria luhmanniana. O objeto é a diferença entre sistema e ambiente. Essa diferença é o objeto de estudo de Luhmann, não um sistema ou um ambiente isoladamente. A abordagem teórico-diferencial substitui a teórica do objeto, por ser considerada mais fecunda pelo autor. O objeto de análise é mais precisamente a forma da diferença. Essa forma possui dois lados, sendo o sistema o lado interno e o ambiente, o lado externo.

Antes, porém, de aprofundar a análise dessa forma, é necessário superar três obstáculos epistemológicos, que devem perder a conotação de premissas básicas. Somente através do seu total despojamento será permitida a compreensão da teoria de Luhmann. O primeiro deles é a premissa de que a sociedade é constituída de pessoas e de relações entre pessoas. Segundo a teoria sistêmica, a sociedade é constituída exclusivamente por comunicação. As pessoas estão, na verdade, no ambiente do sistema social. Pessoas são um outro tipo distinto de sistema chamado de sistema psíquico. O segundo obstáculo epistemológico diz que as sociedades têm fronteiras territoriais e/ou políticas. Entretanto, como sociedades são compostas apenas por comunicação e esta não pode ser limitada no espaço, sobretudo com o auxílio da tecnologia moderna, conclui-se pela inexistência de fronteiras separando diversas sociedades. Há um único sistema social mundial. Finalmente, o terceiro obstáculo é a separação entre o sujeito e o objeto. Para Luhmann não há nenhum observador externo ao sistema social que possa analisá-lo com distância e

imparcialidade. Ninguém detém um ponto de vista absoluto, considerado como sendo o único correto. O conhecimento é resultado da observação de segunda ordem, no qual um observador observa o que um outro observador observou. Desta maneira há diversas descrições, sob pontos de vista diferentes, mas todas com o mesmo valor. A possibilidade de múltiplas descrições na sociedade moderna levou Günther (1979) a chamá-la de “policontextual”.

Para Luhmann há quatro tipos de sistemas: não-vivos, vivos, psíquicos e sociais. Os sistemas não-vivos são incapazes de produzirem a si mesmos, por isso não podem ser classificados como autopoieticos. Para manterem-se, dependem do ambiente. Por exemplo, uma máquina que estraga não é capaz de consertar-se sozinha, a partir de elementos internos. Precisa que uma pessoa queira consertá-la. E será essa pessoa, não o sistema, quem decidirá que peça irá repor para fazer com que a máquina volte a funcionar. São, portanto, diferentes dos demais tipos de sistemas que se caracterizam como autopoieticos. Os sistemas vivos são, por exemplo, as células, os animais, o corpo humano. Eles são compostos de operações vitais, responsáveis pela manutenção do sistema. Se uma célula está com falta de ferro, por exemplo, ela não vai ficar esperando pela disposição do ambiente em suprir-lhe a falta. A célula não depende de uma decisão do ambiente em relação a ela. Ao contrário, seleciona o que considera importante no seu entorno. O sistema psíquico é a consciência. Esse sistema é composto de pensamentos e, assim como os outros sistemas autopoieticos, ele mesmo reproduz seu elemento. Pensamento gera pensamento e nada mais. O quarto tipo de sistema é o sistema social, composto de comunicação. A comunicação é produzida somente através de comunicação. Tudo que não pertence ao sistema encontra-se na condição de seu ambiente. Assim, os sistemas psíquicos e físicos são ambiente de um sistema social qualquer, bem como todos os outros sistemas sociais, e vice-versa. Por exemplo: a consciência de um médico e um coração são ambiente do sistema medicina. Também o direito, a teologia e a psicologia são seu entorno. O sistema medicina é um sistema social e como tal é composto somente por comunicação. Todos os sistemas sociais formam a sociedade ou o sistema social global.

Características dos sistemas

A teoria sistêmica de Luhmann enfatiza os sistemas autopoieticos, ou seja, os sistemas vivos, psíquicos e sociais, sobretudo este último, uma vez que o intuito do autor foi o de elaborar uma teoria geral da sociedade. Esses três sistemas, além de autopoieticos, são também autoreferentes e operacionalmente fechados.

Adepto da interdisciplinaridade, Luhmann importou da biologia o conceito de autopoiese elaborado por Maturana e Varela, que afirmaram que, apesar de um organismo obter materiais externos para a produção de uma célula, esta só pode ser produzida dentro de um organismo vivo. Ou seja, o organismo vivo é capaz de produzir suas próprias células. A produção de células é um trabalho realizado dentro do organismo por ele mesmo. Para esses biólogos, apenas os sistemas vivos eram autopoieticos. Luhmann estende essa característica aos sistemas sociais e psíquicos. Do grego, *auto* quer dizer “mesmo” e *poien* significa “produzir”. Pode-se dizer que um sistema é autopoietico quando ele produz sua própria estrutura e todos os elementos que o compõem, incluindo o último elemento não mais passível de decomposição que, no caso dos sistemas sociais, é a comunicação e dos sistemas psíquicos é o pensamento. O sistema é constituído somente por elementos produzidos internamente. As estruturas do sistema são as únicas que podem determinar o que existe e o que é possível. E, nesse sentido, pode-se dizer que existe uma determinação estrutural (ESPOSITO, 1996, p. 33). Nenhum elemento pode ser obtido do ambiente como *imput* (LUHMANN, 1999, p. 53). O sistema não reproduz fielmente os elementos do ambiente. Mais precisamente; “no sistema não há nenhuma representação do ambiente (assim como ele é)” (LUHMANN, 1997, p. 43).

O ambiente pode irritar o sistema, levando-o a auto-produzir-se. A irritação provocada pelo ambiente é um estímulo à autopoiese do sistema. Mas é importante saber que a própria irritação faz parte do sistema. Luhmann (1997, p. 68), a esse respeito, afirmou que “irritações se dão sempre e inicialmente a partir de diferenciações e comparações com estruturas (expectativas) internas aos sistemas, sendo, portanto, - do mesmo modo que informação - necessariamente produto do sistema”. Algumas possibilidades do ambiente irão chamar a atenção do sistema, ou seja, irão irritá-lo. O passo seguinte será, então, a seleção de elementos, de acordo com o sentido atribuído pelo sistema (não pelo ambiente) a tais elementos. Esse sentido depende da função do sistema. Por isso, as informações são sempre construtos internos. Somente os sistemas sociais e psíquicos selecionam através do sentido. Um sistema que tenha a função de fabricar remédios, não irá selecionar ou considerar como informação a receita de um bolo, por exemplo. Já o surgimento de uma nova doença será selecionado por ser uma informação que interessa à função sistêmica de fabricar remédios. O que não faz sentido para o sistema é descartado, remanescendo na complexidade do ambiente como potencialidade do futuro. Pode ocorrer de um elemento não ter sentido hoje, mas vir a ter amanhã. É que o sentido é a unidade de uma diferença: real/possível. Apenas um tema é alvo da comunicação ou do pensamento atual, os demais assuntos são possíveis de ser o centro do ato de comunicar ou pensar. Ao invés de limites territoriais ou materiais, o sistema tem limites de sentido.

Quando se afirma que o ambiente irrita² o sistema pode haver uma interpretação errada de que o ambiente tem o poder de irritar, tem um controle sobre ele, configurando-se como uma força externa que atua sobre o sistema levando-o a agir. Para evitar esse engano, talvez fosse melhor dizer que o sistema irrita-se com o ambiente, deixando claro que é o sistema que seleciona, de acordo com seus critérios, as possibilidades que estão à disposição no entorno. Essas possibilidades, aliás, estão como que numa vitrine à espera de uma seleção por um sistema. Um mesmo elemento pode ser selecionado por sistemas diversos, cada um deles processando esse mesmo elemento de modo diferente. Acerca da irritação, Luhmann (1999, p. 42) ensina:

O ambiente não contribui para nenhuma operação do sistema, mas pode irritar ou perturbar (como diz Maturana) as operações do sistema somente quando os efeitos do ambiente aparecem no sistema como informação e podem ser processados nele como tal.

O sistema deve se adaptar a uma dupla complexidade: a do ambiente e a dele mesmo. Se o sistema não se preocupasse em diminuir a complexidade do ambiente, selecionando elementos, e a sua própria, autodiferenciando-se, seria diluído pelo caos, por não conseguir lidar com o excesso de possibilidades. Se selecionasse tudo, não seria diferente do ambiente. Deixaria de ser sistema. O sistema deve constantemente estar afirmando-se como um sistema diferente, para não ser confundido com o ambiente. A diferença entre sistema e ambiente é uma condição lógica para a auto-referência, porque não se poderia falar em um “si mesmo” se não existisse nada mais além deste “si mesmo” (LUHMANN, 1997, p. 41). “Por isso a auto-referência só pode ocorrer num ambiente e em relação a um ambiente” (LUHMANN, 1997, p. 40). Se não existisse nada além dele mesmo, não precisaria identificar-se. O sistema reconhece-se como um sistema diferente e único perante um ambiente complexo. É através da auto-referência que o sistema se diferencia de todo o resto, identifica-se, torna-se único, cria uma identidade, ou seja, cria a sua particular estrutura.

Outra característica dos sistemas é o fechamento operacional que pode ser resumido na seguinte idéia: o ambiente não pode operar no sistema, nem o sistema pode operar no ambiente. Um não atua sobre o outro, nem decide pelo outro. A observação, a irritação, a seleção e a informação são consideradas operações internas do sistema. Portanto, não existem *inputs* nem *outputs*. O sistema não importa elementos prontos e acabados do ambiente. Uma vez selecionado um elemento, este será processado pelo sistema de acordo com a função que desempenha. É importante saber que o ambiente não participa desse processo. Ao fechar-se, o sistema não per-

² O termo “irritação”, na língua portuguesa, sugere uma conotação negativa, mas o termo original tem uma conotação neutra, razão pela qual seria melhor traduzido pelo verbo estimular.

mite que o ambiente lhe determine coisa alguma. Desse modo pode construir seu próprio conhecimento e conhecer o ambiente que lhe é distinto. “Porque o sistema nunca chegaria a construir sua própria complexidade e o seu próprio saber se fosse confundido com o ambiente” (LUHMANN, 1997, p. 44). O fechamento proporciona ao sistema a criação de sua própria complexidade e quanto mais complexo, mais apto está a conhecer o ambiente. Quanto mais informações selecionadas, maior o campo de observação abrangendo mais possibilidades do ambiente. Complexidade gera complexidade. Segundo Luhmann (1997, p. 107), “sob a condição de fechamento cognitivo, um sistema desenvolve a própria complexidade e aumenta, nesse sentido, as realizações cognitivas”.

O fechamento operacional é condição para o conhecimento. A tradicional teoria do conhecimento, o idealismo, perguntava como era possível conhecer um objeto, sem pressupor nenhum contato anterior com este objeto. Para o construtivismo radical, o conhecimento é possível, não apesar de, mas porque o sistema não pode estabelecer nenhum contato com o ambiente (LUHMANN, 1997, p. 63). Por não haver qualquer interferência do ambiente, o sistema constrói conhecimento a partir da rede recursiva das próprias operações. Os sistemas sociais, por exemplo, “só produzem informações justamente porque o ambiente não se intromete” (LUHMANN, 1997, p. 93). Luhmann concluiu, então, que ser aberto fundamenta-se em ser fechado, ou seja, só é possível conhecer algo que nos é distinto. “Nós conhecemos a realidade porque somos excluídos dela – como do paraíso” (LUHMANN, 1997, p. 52). Quando o sistema observa algo no ambiente, na verdade está designando, ou melhor, diferenciando algo no meio do caos, do indiferenciado. “O conhecimento projeta diferenciações numa realidade, que não conhece nenhuma diferenciação” (LUHMANN, 1997, p. 105). Conhecer é designar algo como isto e não aquilo. Todo o resto não designado remanesce no ambiente.

Comunicação

O último elemento dos sistemas sociais é a comunicação. Toda e qualquer comunicação que possa existir é interna ao sistema social e, em última análise, à sociedade (sistema social global) que é formada de todos os sistemas sociais. Entre o sistema e o ambiente não há comunicação. O sistema social operacionalmente fechado não recebe informação do ambiente, mas devido a esse fechamento pode abrir-se ao ambiente para observá-lo sem por em risco sua própria identidade. No ambiente está tudo que não é comunicação, mas que pode servir de tema para a comunicação interna do sistema. A consciência, por exemplo, faz parte do entorno do sistema e é usada como substrato da comunicação. Os sujeitos da comunicação não são os siste-

mas psíquicos, como se está acostumado a pensar, mas os próprios sistemas sociais. A comunicação acontece quando o Ego (aquele que recebe a informação) compreende a informação emitida pelo Alter (aquele que comunica), ou seja, quando há compreensão da informação que está na mensagem. Baraldi (1996, p. 46) exemplifica a comunicação:

Quando o Ego consegue diferenciar mensagem de informação ocorre a compreensão. Mensagem, informação e compreensão formam uma unidade inseparável que corresponde à comunicação. Nada impede, entretanto, que cada uma seja observada independentemente das demais. Quando o Alter faz um gesto para o Ego e este não vê que o gesto era para ele e continua caminhando, houve a emissão de uma mensagem, mas não houve a compreensão da informação, no caso cumprimento, portanto, não houve a comunicação porque o Ego não compreendeu a informação emitida.

É preciso que o Ego faça duas seleções distintas, uma da emissão (mensagem) e outra da informação. A comunicação acontece quando informação, mensagem e compreensão são sintetizados (LUHMANN, 1997, p. 80). É importante salientar que a comunicação pode ocorrer ainda que a informação selecionada não seja idêntica à informação emitida; a realidade objetiva da informação não é requisito para a comunicação. Importa apenas que seja selecionada uma informação. Na realidade a informação não é transmitida, ela não se desloca do Alter para o Ego. A informação é construída pelo Ego. Por isso tem-se a comunicação ainda que a informação selecionada não corresponda à informação emitida; em outras palavras, ainda que haja um mal entendido, o importante é que se compreenda algo. O sistema não importa uma informação, ele, na verdade, é levado a reelaborar suas estruturas a partir do estímulo provocado pela comunicação. O sistema está estruturalmente pronto para receber aquilo que espera como provável. Notícias previsíveis não são consideradas como informação por não demandarem mudanças no interior do sistema. Entretanto, quando o provável não acontece, ou seja, quando surge uma diferença, surge, então, uma informação que faz com que o sistema mude suas estruturas. Por isso pode-se afirmar que a informação é uma diferença. E mais: a informação é uma diferença que provoca diferenças, na medida em que o sistema modifica suas estruturas, tornando-se diferente, para receber a informação. Toda essa mudança de estrutura gera expectativas futuras, diversas daquelas que havia antes do surgimento da informação. Se, por exemplo, a informação é o aumento do preço de um produto, as expectativas que poderiam ser de aquisição do produto podem mudar para a não aquisição. Finalmente, cabe salientar que o que vale como informação para um sistema pode não valer para outro de acordo com o sentido de cada um deles.

No ambiente podem-se observar informações que fazem referência ao entorno (heteroreferência). No sistema, as mensagens fazem referência ao sistema (autoreferência). Cada comunicação pode gerar uma nova comunicação e assim por diante. As comunicações estão sujeitas a serem aceitas ou recusadas. Cada evento comunicativo contém uma bifurcação que apresenta as possibilidades de aceitação ou recusa, abrindo ou fechando o sistema. A autopoiese do sistema social se dá a medida em que comunicações conectam-se a novas comunicações. Se não houvesse a produção sucessiva de comunicações, os sistemas sociais não existiriam. É curioso que esse tipo de sistema mantenha-se e, inclusive, multiplique-se, uma vez que a comunicação é um acontecimento improvável, tendo em vista três ordens de impedimentos que ocorrem quando: a) não há a compreensão, b) a mensagem não chega ao interlocutor e c) a comunicação não é aceita. Tais impedimentos são combatidos com a ajuda de alguns *media*, que são a linguagem que facilita a compreensão, os meios de difusão que aumentam a probabilidade da mensagem chegar aos interlocutores e aos meios de comunicação generalizados simbolicamente que aumentam as chances de aceitação do evento comunicativo.

As pessoas não fazem parte da sociedade, elas situam-se no entorno. Apesar disso, a consciência é muito relevante para a comunicação, pois sem aquela não existe essa. O acoplamento estrutural serve de ponte entre as duas, acoplando os sistemas social e psíquico, superando o óbice de que tais sistemas operam de modo diverso. O acoplamento estrutural estimula o sistema a irritações. “A linguagem aumenta a irritabilidade da consciência através da comunicação e a irritabilidade da sociedade através da consciência” (LUHMANN, 1997, p. 85).

Relacionando sistema político e a sociedade

O sistema social global autodiferencia-se em subsistemas tais como o direito, a ciência, a religião e a política, conforme a função que desempenham. Mas, em última análise, a função de todo e qualquer sistema social é reduzir a complexidade do ambiente. Ao contrário do que se possa imaginar, um Estado não corresponde a um sistema político, e sim a um subsistema de um único sistema político existente no sistema social global. O sistema político aumentou sua complexidade interna, autodiferenciando-se em subsistemas que são os Estados, e cada um desses também autodiferenciaram-se em outros subsistemas, como a União, os Estados e os Municípios. Os limites do sistema político, portanto, não são territoriais, mas determinados por uma rede de comunicações que versa sobre temas relacionados com a função do sistema. Os temas que são descartados no ambiente, não sendo selecionados, são ruído para o sistema. A seleção de temas para a comunicação do sistema são orien-

tadas por um código específico. O código do sistema político é governo/oposição. O governo representa quem detém cargos políticos e governa, quem exerce o poder e, através dele, emite decisões coletivamente vinculantes. A oposição representa quem não detém, mas almeja, cargos políticos e o poder, e para isso estabelece estratégias diversas das implementadas pelo governo. “A distinção entre governo e oposição é o fundamento da democracia” (BARALDI, 1996, p. 129). Por um lado a oposição aponta alternativas ao programa do governo, tentando substituí-lo, por ocasião das eleições, e por outro, o governo empenha esforços para manter-se no poder.

Reduzir a complexidade do ambiente é a função dos sistemas sociais. No caso do sistema político, essa complexidade pode ser comparada ao Leviatã imaginado por Tomas Hobbes, no qual todos são contra todos, cada um é movido por suas paixões, e impera o caos. Para viverem em paz, os homens cedem seu poder a um único soberano e cria-se a figura do Estado. Pois bem, o sistema político reduz a complexidade do ambiente, ou seja, mantém uma ordem na sociedade, uma vez que suas decisões são obedecidas por todos. Diante disso, é possível compreender que a função do sistema político é emitir decisões coletivamente vinculantes. As decisões políticas são comunicações do sistema que podem ser aceitas ou recusadas pelo ambiente. Para que essas comunicações tenham maior probabilidade de aceitação, o sistema político utiliza um meio de comunicação simbolicamente generalizado que é o poder.

Antes de compreender esse meio de comunicação simbolicamente generalizado é preciso recordar o conceito de comunicação. Para Luhmann não existe transmissão de informação do emissor para o receptor, o que existe é a construção de informação. Entender não significa captar exatamente a realidade objetiva da informação, significa distinguir a emissão e informação como seleções distintas. Há compreensão (e com isso a comunicação) mesmo se houver um mal entendido em relação à realidade objetiva da informação. A comunicação é a síntese de três seleções: informação, mensagem e compreensão. A comunicação encerra-se com a compreensão que consiste em distinguir o ato de comunicar (a mensagem) do seu conteúdo (informação). “Com isso ainda não está decidida a questão de saber se aquilo que foi compreendido será ou não colocado como fundamento da comunicação subsequente. Pode ser, mas também pode não ser” (LUHMANN, 1997, p. 81). Se a comunicação anterior for fundamento de uma comunicação posterior é porque foi aceita, senão é porque foi recusada. Mas o fato da comunicação anterior ser recusada não faz com que ela deixe de ser comunicação, pois ela se completa com a compreensão, não com a eventual aceitação ou recusa.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados aumentam a chances da comunicação ser aceita. A verdade científica, o amor e o poder são alguns desses meios. Baraldi (1996, p.106) os exemplifica: “Ego aceita a afirmação de Alter de que

a Terra gira ao redor do sol porque é uma verdade científica, aceita um pedido extravagante por parte de Alter porque o ama, aceita a ordem de Alter de pagar uma multa porque Alter detém poder”. As decisões coletivamente vinculadas têm maior aceitação devido ao poder do sistema político. O poder baseia-se numa ameaça de sanção que Alter procura evitar, aceitando a comunicação. A aplicação da sanção indica a falta de poder, pois ele não foi suficientemente forte para evitar a desobediência. Galindo (2003, p. 7) observa que ao ser exercida a força física (sanção) o poder perde toda a sua eficácia simbólica.

Cabe salientar que nem todas as comunicações do sistema político baseiam-se no poder, os debates acerca de um projeto de lei no parlamento, por exemplo, são comunicações que não envolvem esse meio de comunicação simbolicamente generalizado. A eventual emenda a algum projeto de lei não configura em uma decisão coletivamente vinculante, prescindindo da aceitação do ambiente, sendo, portanto, desnecessário o uso do poder.

Assim como as decisões políticas podem ser aceitas ou recusadas pelo ambiente, também o sistema político pode aceitar ou recusar comunicações do ambiente (dos sistemas que fazem parte dele). Apenas as informações importantes para o desempenho da função do sistema são selecionadas. Tudo o que não importa para a função sistêmica é descartado, é considerado ruído para a comunicação. As seleções do sistema político são guiadas pelo código governo/oposição. Segundo Esteves (1993), “o que o código não tolera é um ‘terceiro fator’, isto é, tudo aquilo que escapa à bipolaridade do próprio código constitui, para o sistema, ruído”.

Desse modo, o sistema político vai selecionar no ambiente somente as informações que sirvam para manter o governo no poder, ou seja, que sirvam para que o ambiente continue obedecendo às decisões políticas. O sistema político não pode ignorar as comunicações do ambiente. O governo não pode isolar-se da sociedade que governa, sob pena de perder sua legitimidade.

Referências

- BARALDI, C. Medios de comunicación simbólicamente generalizados. In: CORSI, G. et al. **Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann**. México, DF: Antropos, 1996.
- ESPOSITO, E. Autopoiesis. In: CORSI, G. et al. **Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann**. México, DF: Antropos, 1996.
- ESTEVES, J. P. **Niklas Luhmann: a improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 1993.

GALINDO, J. **La política como sistema**: reflexiones em torno de la sociologia política de Niklas Luhmann. Disponível em: <http://www.metapolitica.com.mx>. Acesso em : 12 fev. 2003.

GUNTHER, G. **Beiträge zur Grundlegung einer operationsfähigen Dialektik**. Hamburg: [S.n.], 1979. v.2.

LIPOVETSKY, G. A era do após-dever. In: MORIN, E. et al. **A sociedade em busca de valores**: para fugir a alternativa entre o ceticismo e o dogmatismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

LUHMANN, N. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann**: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

MARIOTTI, H. **As paixões do ego**: complexidade, política e solidariedade. São Paulo: Palas Athena, 2000.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

— ** —

RESUMO: Este artigo inicia com a apresentação de Niklas Luhmann, de que forma começou a interessar-se pela sociologia, além de apontar traços marcantes em sua teoria como a interdisciplinaridade e a complexidade. Em seguida, é feita uma abordagem da teoria dos sistemas em alguns pontos importantes, como os obstáculos epistemológicos, os tipos de sistemas, as características dos sistemas, e o significado de irritação e comunicação para Luhmann. Para concluir, alguns dos conceitos vistos anteriormente são usados no sistema político para tentar compreender a sua relação com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos sistemas; sistema político; irritação; complexidade.

ABSTRACT: This article begins with the presentation of Niklas Luhmann and how he started to be interested in sociology; it also points out important aspects of his theory such as the interdisciplinarity and the complexity. Then it tries to present some of the important points of the theory of the systems ,such as the epistemological obstacles, the systems types and characteristics, and the meaning of irritation and

Caroline Morais Kunzler

communication in Luhmann. Finally some of the concepts previously seen are used in the political system to try to understand their relation with society.

KEYWORDS: Theory of the systems; political systems; irritation; complexity.